

## **TARIFA SOCIAL - ASPECTOS INSTITUCIONAIS E ECONÔMICOS**

Ludmila Aucar Felipe; Luciana Marques da Costa Jacomassi; Adailton Ferreira Trindade

### **RESUMO**

Hoje, no Brasil, os serviços de fornecimento de saneamento básico, coleta de resíduos sólidos domiciliares, energia elétrica e gás são realizados por empresas públicas municipais, empresas privadas, empresas estatais, consórcios, parcerias público-privadas, dentre outros arranjos, com diversos parâmetros de atendimento e qualidade, principalmente em relação ao atendimento à população de baixa renda. Não sendo de acessão compulsória, esse direito só é garantido pela disposição gratuita dos serviços ou mediante subsídios diretos ou indiretos dos seus custos para aqueles que não podem pagar, com instituição da tarifa social. O subsídio deve focar exclusivamente o usuário que não tiver condições financeiras, temporária ou continuada, de pagar integralmente pela prestação dos serviços de saneamento. O presente trabalho tem o objetivo de relatar alguns aspectos institucionais e econômicos que interferem na universalização do acesso.

**PALAVRA-CHAVE:** Tarifa social, Regulação, Saneamento básico, Universalização, Sustentabilidade econômica